

Plenária discute Periculosidade

Em primeiro lugar, a direção do Sintergia quer esclarecer dúvidas a respeito do processo em que o Sindicato reivindica o pagamento da periculosidade sobre a remuneração. Têm direito todos os trabalhadores que atuam sob risco elétrico, mesmo aqueles que não estão relacionados no Processo.

Nesse sentido, o Sindicato está convocando Plenária em que a Assessoria Jurídica estará esclarecendo todas as dúvidas sobre o Processo de uma vez por todas, levando tranquilidade aos envolvidos.

Visitações revelam problemas que são negociados com a empresa

De nada vale lutar pelo melhor ACT possível se ele não for cumprido fielmente.

Até por isso, a direção do Sintergia estabeleceu um calendário de visitas em cumprimento à cláusula 55ª, que permite maior interação entre a base e a direção do Sindicato e resulta no encaminhamento, discussão e busca de solução nas reuniões de acompanhamento do ACT.

Veja o calendário de visitas (já feitas e as agendadas):

- 1ª Gerência e GT – 25/09
- 2ª Gerência e GIL.1 – 11/10
- 3ª Gerência e GM e GIL 1.2 – 08/11
- 4ª Gerência – 04/12
- 5ª Gerência – 08/01/13
- 6ª Gerência – 05/02/13

Sede – data a definir

Até agora, as principais reclamações colhidas nas visitas foram quanto a pressão sofrida por trabalhadores da 3ª GM e GIL 1.2 de algumas chefias de divisão para abrirem mão do retroativo a que têm direito para serem enquadrados no PCCS. Nesse caso, em reunião acontecida no dia 14, Júlio Morandi, chefe de gabinete da presidência da RioLuz, sugeriu que o fato fosse apurado para levantamento da situação.

Outra reclamação recorrente é de que a implantação do PCCS não está sendo feita de maneira transparente, deixando um clima de desconfiança e descontentamento entre a categoria. A empresa diz que os trabalhadores serão informados em até cinco dias úteis e poderão entrar com recurso por escrito caso se sintam prejudicados.

ADIAMENTO - No dia 11 de outubro, a visita ao setor GIH.1, Bonsucesso, não aconteceu porque tivemos de atender ao setor de Benfica, mas em breve estaremos reagendando a visita a este setor.

Plenária

**Dia 11 de dezembro de 2012 (terça-feira), às 18 horas
No Auditório do Sindicato
Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar**

Direito de Recusa

A direção do Sintergia alerta a todos os trabalhadores para uma cláusula constante em nosso ACT. Trata-se da 45, que reproduzimos abaixo:

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - RISCO GRAVE IMINENTE - A Empresa concorda com a possibilidade de o empregado suspender a realização da tarefa sempre que, no exercício de suas funções, entender que a sua vida ou integridade física se encontrarem em risco grave iminente pela falta de medidas adequadas de proteção.

Parágrafo único - Uma vez constatada a inexistência da situação que motivou a suspensão da realização da tarefa, ficará o empregado obrigado a compensar as horas de paralisação.

Isso é importantíssimo porque estamos falando de proteção à vida, o que permite e garante a volta destes companheiros em segurança para seus lares e o convívio com seus familiares.

Quem se sentir em risco deve citar a cláusula e exercer seu direito de recusa.

Centrais sindicais exigem fim do Fator Previdenciário

Apesar da unanimidade pela fórmula 85/95, governo vem sistematicamente bloqueando a votação dessa matéria no âmbito da Câmara Federal

Escrito por: Centrais Sindicais

As Centrais Sindicais abaixo assinadas vêm a público denunciar e repudiar a não votação do Fator Previdenciário na sessão de 28/11/2012 na Câmara dos Deputados.

O acordo é umas das principais prioridades da pauta dos trabalhadores que vem sendo defendida e negociada pelas Centrais com o Governo nos últimos anos, em função do caráter perverso do fator atual, que penaliza a classe trabalhadora após anos e anos de contribuição e trabalho.

Queremos lembrar que a discussão e negociação sobre o fator previdenciário se arrasta desde meados de 2007. E apesar de termos proposto diversas alternativas para solucionar os impasses surgidos e chegado ao acordo da fórmula 85/95, o governo vem sistematicamente bloqueando a votação dessa matéria no âmbito da Câmara Federal.

Conscientes de nosso papel de defender a classe trabalhadora e também da nossa responsabilidade para com o sistema previdenciário brasileiro, a nossa proposta leva em consideração a necessidade da sustentabilidade do sistema e não apenas o fim, pura e simplesmente, da fórmula de cálculo.

Neste sentido, não entendemos o porquê da insistência em manter o bloqueio à votação dessa reivindicação tão importante para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as que têm sido vítimas desse mecanismo injusto, que contribui para exclusão - a previdência social brasileira é um dos maiores instrumentos de distribuição de renda e de combate à desigualdade. A atitude do governo não faz jus ao slogan de que "País Rico é País Sem Pobreza".

Por isso, as Centrais reivindicam que o governo se disponha a sentar novamente à mesa de negociação para desbloquear a votação no Congresso Nacional até o final deste ano, tendo em vista que o tema já foi acordado anteriormente. Da nossa parte vamos manter nossa mobilização e pressão para que os deputados votem o quanto antes o fim dessa injustiça contra os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, referendando o acordo.